

Contextos Diferentes Realidades Próximas: os casos de *La Forestal* (norte argentino) e da *Lumber* (sul brasileiro)

Nazareno José de Campos¹
Pablo Martin Bender²

Resumo

A expansão da divisão internacional do trabalho nos séculos XIX e XX advindos dos interesses do centro do sistema capitalista fez aprofundar, no caso da América Latina, os interesses de grandes capitais. Pela pujança econômica e forte processo de exploração, destacamos os casos da empresa inglesa The Forestal Land, Timber and Railways Company Limited (*La Forestal*) e a empresa estadunidense Southern Brazil Lumber and Colonization (*Lumber*) pertencente ao Grupo Farquhar, objetivando-se analisar comparativamente suas dinâmicas econômicas e o que provocaram à sociedade, economia e natureza local/regional. Das dinâmicas regionais imprimidas por essas empresas resultou grande exploração e conflitos, gerando movimentos de trabalhadores, no caso das províncias do norte argentino, e, no caso do sul brasileiro, servindo como um dos estopins da Guerra do Contestado, ocorrida em espaços dos atuais territórios dos estados de Santa Catarina e Paraná.

Introdução

No período entre meados do século XIX e meados do século XX houve forte expansão capitalista européia e estadunidense sobre diferentes partes do mundo, em especial, sobre a América Latina. Além de explorarem comercialmente, implantaram diversas empresas, a fim de extraírem riquezas naturais e transformá-las, vendendo aos grandes mercados internacionais da época. Para tanto, fizeram acordos com governos e instituições locais, impuseram lei e ordem, criaram e/ou dominaram infra-estruturas, utilizaram-se de métodos coercitivos e, inclusive, aproveitaram-se de relações sociais e de produção pré-capitalistas, apesar de serem empresas capitalistas.

Na América Latina os exemplos foram variados, atuando, influenciando ou se aproveitando de setores diretamente ligados à extração de recursos naturais (minérios, madeiras), produção agrícola e pecuária, e a transformação de tudo

¹ Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil. nazareno@cfh.ufsc.br

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil. palinbender@yahoo.com.ar

isso em produtos industriais. Dois casos instigantes nos chamaram a atenção e nos levaram, neste breve artigo, a ter alguma noção de sua existência e ação: a empresa inglesa conhecida por “La Forestal”, responsável pela quase extinção do quebracho (*Schinopsis balansae*) no norte argentino, e, a estadunidense “Lumber” que igualmente explorou parte da floresta ombrófila mista do sul brasileiro, dizimando sobremaneira espécies como o pinheiro brasileiro (*Araucaria angustifolia*) e a imbuia (*Ocotea porosa*). Suas ações foram diferenciadas em alguns aspectos, mas em outros coincidiram.

Bibliografia específica além de visitas a campo e a órgãos públicos, nos proporcionaram elementos importantes para a produção deste texto, que tem por base a caracterização da formação sócio-espacial das regiões onde se localizavam os empreendimentos, além de elementos inerentes ao materialismo histórico.

Noroeste Santafesino entre fins do Século XIX e meados do Século XX: Relações pré-capitalistas mediadas pelo capital industrial inglês.

O noroeste da província de Santa Fé (figura 1) se constitui em uma de suas áreas econômicas mais atrasadas, em contraste com o centro e sul, apresentando o menor nível de qualidade de vida do país (VELASQUEZ, 2008).

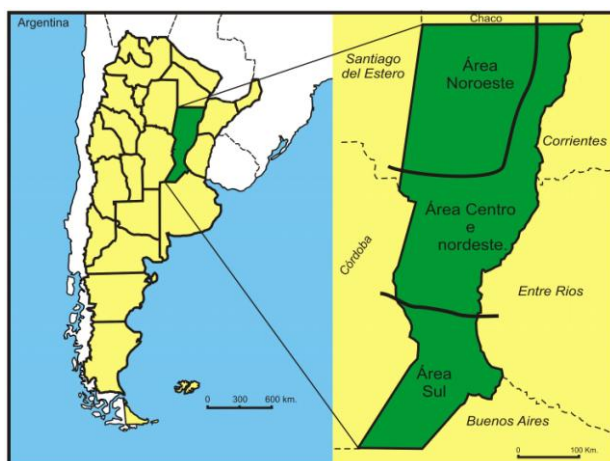


Figura 1 – Formação Sócio-Espacial da Província de Santa Fé. Fonte: BENDER (2011).

As características históricas da formação sócio-espacial do noroeste de Santa Fé estão intimamente vinculadas às relações de produção impostas pelo

grande latifúndio florestal de capital inglês, até época relativamente recente (início dos anos 1960), e percebida na figura nº 2.



Figura 2 - Noroeste santafesino, espaço estruturado pelo colonialismo inglês.
Fonte: BENDER (2011).

A análise das relações de produção que caracterizaram o noroeste da província no período entre 1880 e meados do século XX terá por base os estudos do historiador Gastón Gori, cujo livro *La Forestal, la tragedia del Quebracho Colorado* (editado pela primeira vez no ano de 1965), analisou com grande propriedade a história do noroeste santafesino na sua relação com o grande latifúndio florestal inglês. Mas foram igualmente importantes as pesquisas realizadas em arquivos, museus e órgãos administrativos departamentais ou mesmo provincial, além de informações extraídas a partir da visita a localidades onde dominavam estruturas produtivas de La Forestal, a exemplo de La Gallareta, onde funcionou a segunda maior indústria de extração de tanino da empresa³.

Por sua vez, tanto a área em voga quanto grande parte do território argentino foram, em maior ou menor medida, estruturados pelo capital inglês. Este, desde antes da independência argentina alcançada em 1816, orientou sua economia para a exportação de produtos agropecuários produzidos na região

³ A maior indústria de extração de tanino no mundo até meados do século XX, segundo dados de GORI (op. cit) era a localizada em “Villa Ana” (conferir localização na figura nº 2).

pampeana, em detrimento das economias das regiões “extra-pampeanas”⁴ de indústrias com maior grau de incorporação tecnológica. Desse modo o capital inglês, em estreita aliança com a oligarquia latifundiária local, estimulou a construção de estradas de ferro, portos, charqueadas, mais tarde os frigoríficos, e demais infra-estruturas necessárias para posicionar a Argentina na divisão internacional do trabalho como exportadora de produtos agropecuários, predominantemente provenientes da região pampeana (FERRER, 2007). Neste contexto, ao analisar a divisão do mundo entre as grandes potências imperialistas de sua época, LÊNIN (2005, p:81), em 1916, insere a Argentina na categoria de “semi-colônia” do Império Inglês.

Não obstante, no noroeste de Santa Fé, o capital inglês assumiu o controle direto da produção florestal através da propriedade de vastas extensões de terras que foram cedidas pelo governo de Santa Fé no final do século XIX à empresa Murrieta & Cia., que logo passaria a ser conhecida como “La Forestal”. Esta empresa chegou a ser proprietária de mais de dois milhões de hectares de bosques de quebracho colorado⁵; largamente explorado para a extração de tanino, utilizado, até meados do século XX, na curtição de couros e na construção de dormentes para as vias férreas e postes para usos diversos (GORI, 2006).

Quanto aos aspectos internos sob domínio do capital industrial externo, percebe-se que, no vasto espaço e tempo que ocupou e organizou sua produção no noroeste da província de Santa Fé, a empresa La Forestal promoveu relações de produção com forte caráter servil.

Do livro de Gori podemos resgatar fatos e relações entre “La Forestal” e os trabalhadores que, lembrando o apontado por Dobb e Takahashi no debate sobre

⁴Estas regiões “extrapampeanas” já haviam desenvolvido no século XIX importantes processos manufatureiros (ponchos, cobertores, metalurgia, calçados, vinhos, cigarros, manufaturas em couros, naus entre outros), mas que não chegaram a amadurecer devido à impossibilidade de poder competir com a importação das manufaturas inglesas que a oligarquia fazendeira pampeana estimulou desde a Independência (GALEANO, 1992).

⁵Quebracho colorado: (*Schinopsis balansae*), árvore muito resistente, que cresce nos bosques “chaquenhos” do norte argentino, sul do Paraguai e sul da Bolívia. Seu nome deriva seguramente da expressão “quebra hacha” (o que em português poderia traduzir-se como “quebra-machado”). Necessita de muita luz, calor e até três centenas de anos para chegar a sua fase adulta, isto lhe confere propriedades para gerar calor e dureza quase insuperável. O peso específico da sua madeira é superior a um, não conseguindo assim flutuar na água.

a “transição do feudalismo para o capitalismo”, nos permitiriam chamar aquele espaço como sendo um *feudo*. Os fatos que extraímos do referido livro, conjugado ao observado em diferentes espaços visitados, denotam a associação que se dá quanto às relações extra-econômicas de extração do excedente, impostas pela empresa aos lenhadores e aos operários da indústria. Os lenhadores formavam parte da população rural do feudo e quadruplicavam em número a população urbana, que também morava nesse território, mas relacionada à industrialização do quebracho, conforme exposto abaixo:

a) O pagamento do trabalho aos lenhadores e também aos trabalhadores da indústria tanineira era realizado com vales ou fichas de bronze e inclusive com “notas” feitas pela empresa. A moeda nacional não circulava nos domínios da Forestal. Assim, o trabalhador direto, não recebia um salário como pagamento, mas “moedas internas” que só podiam ser trocadas por meios de subsistência em comércios que também eram propriedade da empresa (La Forestal não permitia o livre desenvolvimento em seu território de comércios ou indústrias alheios à sua propriedade⁶). Esta prática de pagamento através de vales deu-se até a presidência de Perón, quando o “Estatuto del Peón de Campo” e o “Convenio sobre la Protección del Salario⁷” (1949) melhoraram as condições de trabalho no campo procurando controlar estas práticas abusivas.

⁶Tudo isto aconteceu mesmo sendo proibido por lei, sob a cumplicidade das autoridades judiciais e políticas da época.

⁷ Artículo 3 – “Los salarios que deban pagarse en efectivo se pagarán exclusivamente en moneda de curso legal, y deberá prohibirse el pago con pagarés, vales, cupones o en cualquier otra forma que se considere representativa de la moneda de curso legal”.



Figura 3 - uma das moedas com a qual “La Forestal” pagava a seus trabalhadores.
Fonte: Arquivo de Sánchez Abrego.

b) O comércio de bens e serviços era monopólio da empresa⁸, que estabelecia preços que em condições de concorrência teriam sido menores, o que levava os trabalhadores ao endividamento. Através desta manobra obtinha lucros nas vendas dos artigos e também assegurava a fixação do trabalhador a seus interesses, o que representava uma falta de liberdade para vender a força de trabalho.

c) Os materiais para construir a morada dos lenhadores e suas famílias eram entregues pela empresa e construídos em seu território. Isto nos permite verificar a existência de uma coação extra-econômica que forçava ao lenhador, mesmo que ele não o percebesse, a trabalhar para a empresa; em troca a uma “moradia” e outros “benefícios” para ele e sua família. Nos períodos de crise da economia quebradeira, ou quando a empresa vendia frações de terra depois de ter desmatado o quebracho, o lenhador e sua família era forçado a deixar a terra, situação que geralmente provocava fortes conflitos entre os lenhadores e os policiais (e os paramilitares da empresa), com queima de ranchos e outros atos de violência. A gigantesca extensão do latifúndio (mais de 2 milhões de hectares), e a

⁸Isto foi também um dos elementos que prejudicaram no desenvolvimento de um mercado interno no norte santafesino, bloqueando a possibilidade de produção manufatureira e de desenvolvimento de uma agricultura destinada ao mercado; condenando desta forma ao atraso econômico toda a região.

precariedade dos meios de transporte na região, impossibilitava trabalhar para a empresa e morar fora do seus domínios.

d) Os trabalhadores faziam uso da caça de animais silvestres para garantir o seu alimento. As mulheres desenvolviam a produção agrícola para auto-consumo e criavam animais domésticos, enquanto os homens se adentravam no bosque. Os meios de produção como os machados e instrumentos de segurança, tinham que ser adquiridos pelos lenhadores, constituindo-se em parte da sua propriedade (o que aconteceu até aproximadamente 1940). Todavia, embora ligados a alguns meios de produção, os trabalhadores estavam impossibilitados, pela coação da empresa, de gerar uma economia mercantil.

e) Os trabalhadores freqüentemente ficavam endividados, o que assegurava a expropriação de seu trabalho pelo menos até que conseguisse pagar suas dívidas. O endividamento era estimulado pela empresa, sobretudo considerando que também administrava direta ou indiretamente prostíbulos, bares e casas de jogos em seu território.

f) A empresa, após os incidentes da greve de 1919, solicitou ao governo provincial a criação de um corpo militar próprio para atuar no seu território, com a intenção de persuadir, impedir ou sufocar possíveis novos protestos e revoltas. Este grupo armado respondia sem vacilações aos seus interesses. Os cardeais (assim eram chamados os integrantes deste grupo armado porque utilizavam um lenço vermelho nos ombros) foi o braço armado da empresa e eram os encarregados de expulsar os trabalhadores quando decidia prescindir deles. Também atuavam na “solução” de qualquer tipo de conflito que pudesse ir contra os interesses de La Forestal. Os “serviços” realizados pelos cardeais podem ser considerados como uma coação extra-econômica para obrigar aos lenhadores a trabalhar e suportar as duras condições que impunham as tarefas no bosque.

g) A organização dos espaços urbanos também estava completamente a cargo da Forestal. Nele moravam os trabalhadores industriais e o pessoal da administração. Eles recebiam da empresa uma casa que podiam ocupar sem problemas enquanto estiverem contratados. A luz elétrica, a água, a limpeza das praças e ruas, era administrado pela empresa. O poder nacional ou provincial

estava, em termos de intervenção direta, ausente nos povoados de La Forestal, embora indiretamente, em termos políticos e ou jurídicos, a favorecessem plenamente. A tecnologia e o planejamento destes “espaços urbanos privados”, contrastava fortemente com a miséria que sofriam os lenhadores que moravam no campo.

h) Nos seus domínios urbanos La Forestal procurou desenvolver e construir (visando melhorar a sua péssima imagem pública depois das revoltas e incidentes de 1919, 1920 e 1921), clubes de esporte (geralmente futebol e tênis), igrejas, bandas de música, e até grupos de escoteiros; benefícios que podiam gozar os trabalhadores industriais e administradores dos centros urbanos e suas famílias. Além disso, outras instituições como escolas, postos policiais e até cemitérios funcionavam com aportes monetários da empresa (QUARIN, RODRIGUEZ: 2005). Assim, a intervenção privada da empresa em aspectos que deveriam ser do poder público, nos sugere a presença de um estado paralelo no território.

Observando todos esses itens acima expostos, percebem-se características das relações de expropriação do trabalho excedente que bem podem ser consideradas como próprias do modo de produção feudal. Isto é demonstrado nas coações extra-econômicas pelas quais os trabalhadores diretos eram expropriados (moeda interna, para-polícia, endividamento, morada), e a combinação destes, sobretudo dos lenhadores, com alguns meios de produção e subsistência (machados, criação de animais domésticos e caça, cultivo da terra para auto-consumo, extração de madeira para combustível ou construção de móveis, etc.). A troca de trabalho por meios de subsistência ou moedas locais (e não por salários) é também um dos principais fatos que nos permitem sustentar a idéia de que no noroeste santafesino se desenvolveram, até tempos relativamente recentes, relações de produção com características de servidão. Não obstante, é oportuno aclarar que utilizando a metodologia aportada por RANGEL (1981) em “Historia da dualidade brasileira”, percebe-se que, conforme ele destaca para espaços brasileiros, também no noroeste santafesino, analogamente à realidade brasileira por ele analisada, nos achamos ante uma “dualidade sócio-espacial”

onde internamente existiam relações pré-capitalistas de produção, mas orquestradas, planejadas e efetivadas pelo grande capital industrial e financeiro internacional.

Quando a empresa fechou sua última planta industrial em 1963 (em La Gallareta), levou com ela todos os equipamentos das fábricas e desmantelou todas as ferrovias. O novo destino a ser explorado foi África do Sul. As terras que tinham sido de sua propriedade foram vendidas em grandes parcelas, situação que determinou uma via de desenvolvimento do capitalismo agrário do tipo “prussiano⁹” no noroeste de Santa Fé.

2. Planalto Catarinense em fins do século XIX e inícios do XX: Inserção do grande capital em uma formação social complexa.

O Planalto Catarinense (figura 4) possui um quadro natural variado, onde aparecem tanto campos quanto florestas, com domínio da araucária associada a outras espécies de grande valor comercial, como a imbuia, a erva mate e outras (KLEIN, 1978:10-17). Esse quadro físico-natural refletiu no processo de formação e dinâmica sócio-econômica regional através do desenvolvimento das economias do gado, ervateira e madeireira, feições básicas que se mostram presentes na área de planalto do território catarinense até hoje.

⁹ “A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possíveis chamaríamos de caminho de tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente numa fazenda burguesa, junker, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo (...). No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e fragmenta as glebas feudais” (LÊNIN, 1954: 33-34).



Figura 4 – Planalto Catarinense, Vale do Peixe e Oeste e área de litígio Paraná - Santa Catarina no início do século XX. Fonte: Adaptado de BRANDT E CAMPOS (2010).

Originariamente território espanhol pelo Tratado de Tordesilhas, o planalto catarinense era ocupado por grupos indígenas pertencentes a populações do tronco cultural Jê. A chegada do europeu dá-se inicialmente de modo efêmero, por elementos originários das populações ibéricas (lusitanos e espanhóis), muitas das quais provenientes da província de São Paulo à procura de riquezas naturais, como o ouro, assim como à procura de índios para a escravização. Com a formação da economia aurífera no Brasil Central no século XVIII, as áreas de planalto do sul brasileiro adquirem maior visibilidade perante os interesses da coroa portuguesa, tendo em vista a presença na região de imensas pastagens naturais, integrando-a assim aos interesses do capitalismo mercantil luso como abastecedora de gado vivo e subprodutos para o mercado daquela formação econômica.

Por sua vez, a propriedade da terra no Planalto tinha por base o sistema de sesmarias, absorvido da legislação portuguesa via Ordenações do Reino, e responsável pela formação de grandes propriedades e fazendas de criação já a partir de meados do século XVIII. Parte da mão de obra era escrava, utilizada tanto em trabalhos domésticos, quanto “empregados nas lides do campo” (LEMONS, 1983:67). A atividade produtiva, ocorrida em área ampla e aberta, leva essa parte

da população (assim como elementos pobres de origem branca, mestiça ou de negros libertos) a se caracterizar como peões ou agregados das fazendas. Agregados cuja família tinha determinados direitos, como de ter casa e espaço limítrofe a ela para pequenas hortas e criações de animais miúdos ou o aproveitamento em comum de recursos naturais das terras que compreendiam a propriedade. Assim, delineou-se a formação e desenvolvimento de relações sociais e de produção caracterizadas pela relação entre os agregados, peões, escravos e os proprietários das fazendas, que se tornaram regionalmente dominante. Em relação aos agregados, PELUSO JR (1991:113), confere a “mentalidade pré-capitalista” das fazendas, retratando os agregados como “servidores rurais”.

Mas a formação social do Planalto não era constituída apenas por proprietários das fazendas e seus agregados. Conjugava também uma população de pequenos e médios sítiantes independentes, cuja *posse* consistia na principal forma de acesso a terra. Trata-se de uma população miscigenada (índio, negro e branco de origem ibérica), conhecida por *cabocla*, que possuía inúmeras práticas sociais de caráter coletivo, constantemente procedendo ao uso comum de áreas de floresta através da extração de recursos naturais e a criação de animais à solta. Entre um desses recursos destacava-se a erva mate (*Ilex paraguariensis*), que formará importante economia extrativista, posteriormente dominada por comerciantes locais e externos com a conjugação de interesses dos proprietários de terras, em prejuízo da população cabocla que até então explorava livremente, constituindo-se em parte de sua sobrevivência.

Nas últimas décadas do século XIX, sobretudo após a República, intensifica-se a penetração do capital. Em um intervalo inferior a quatro décadas, grande parte da população planaltina experimentou transformações sócio-espaciais muito mais intensas do que as que até então ocorriam, assinalando o início de profundas mudanças. Assim, a dificuldade de acesso a terra, reduzia o costume de criar animais à solta de modo comum em áreas abertas, dada a inserção de novos elementos, com diferentes concepções de vida, de visões de mundo, de temporalidades e espacialidades.

No início do século XX, por interesse e influência do próprio poder público, efetiva-se um forte processo de colonização por toda a área oeste do estado de Santa Catarina e também em espaços do Planalto, especialmente naquelas terras contestadas pelo estado do Paraná. Assim, através do povoamento, novas populações passam a ocupar espaços do oeste e planalto catarinense¹⁰. Especificamente ao Planalto Norte de Santa Catarina, região de Canoinhas, parte desta população, já diferenciada, passa a comercializar e dominar a economia do mate e, um pouco em cada parte do Planalto e Oeste catarinense, aproveitam-se da riqueza natural em madeiras (araucária, imbuías, e outras espécies arbóreas) favorecendo à expansão de um novo, porém rápido, ciclo econômico, o da produção madeireira. No entanto, nenhuma empresa teve tanta força, hegemonia e poder na região do que a multinacional Southern Brazil Lumber Colonization.

A presença de capital estadunidense no Planalto e Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina dá-se, a partir de 1907, com a Brazil Railway Company que adquire o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, então de capital nacional, através do Decreto 10.432 de 09-11-1889, e que permitia, entre outras coisas, a “cessão gratuita das terras devolutas, incluindo sesmarias e posses, numa faixa de 30 km para cada lado do eixo das linhas da ferrovia” (CAVALAZZI, 2003:51), alterado pelo Decreto 305 de 07-04-1890 para 15 km, porém, ampliando o período de concessão de 15 para 50 anos. A ação da Brazil Railway possibilitou ao Grupo Farquhar que outras empresas suas colonizassem a área e dela extraíssem suas riquezas. Entra assim em cena sua subsidiária Southern Brazil Lumber Colonization, autorizada a atuar em território brasileiro através do Decreto 7.426 de 27 de maio de 1909, e que foi “constituída justamente para a exploração das terras marginais [à ferrovia São Paulo – Rio Grande] adquiridas na concessão” (MACHADO, 2004:143).

O espaço referente aos 15 km de cada lado da ferrovia em construção, concedido pelo governo federal proporcionou à empresa estadunidense a possibilidade de exploração de uma faixa imensa do território catarinense. Mas a

¹⁰ Constituíam-se por populações de origem germânica, eslava e italiana provenientes do Rio Grande do Sul ou, no caso do planalto norte, do Paraná ou por expansão do povoamento alemão da região de Joinville, via serra Dona Francisca.

Lumber, gradativamente, adquire também grandes áreas de terra no território catarinense onde dominavam espécies de interesse comercial, a saber:

- 220.000 hectares com floresta de araucária, nas proximidades de Três Barras¹¹.

- 51.690 hectares comprados de Wenceslau Glaser e Roberto Mikoszewiski no município de Porto União¹².

- 324.800 hectares onde despontava a araucária, dos quais 180.000 hectares na região de Três Barras¹³, além de áreas menores espalhadas por espaços da região contestada¹⁴.

Juntando essas áreas citadas por Cavallazzi, são aproximadamente 630.000 hectares. Possivelmente fosse muito mais, pois, nem todos os documentos de compra por parte da empresa estão disponíveis. Parte deles pode ter se extraviado, não se esquecendo de que possa ter ocorrido compras ou apropriação indevidas ou, inclusive, arrendamentos de áreas apenas com intuito de extrair a madeira nela existente. Desse modo, tudo indica que as áreas dominadas e exploradas pela Lumber em território catarinense superassem 1.000.000 de hectares. A autora chama a atenção para o fato de que era uma época muito fácil para a aquisição de terras por grupos estrangeiros ou por fazendeiros influentes visto que as terras devolutas eram dominadas pelos governos estaduais, que eram eles próprios, controlados por membros das oligarquias. Enfim, representava um momento cuja valorização da terra evidenciava sua clara e rápida transformação em mercadoria, na lógica da acumulação capitalista.

Ressalte-se que estamos tratando apenas do espaço geográfico pertencente à Santa Catarina. Considerando que o próprio vice-governador do estado do Paraná à época, Affonso Camargo, era ele próprio um dos advogados da Lumber o que certamente veio a facilitar à empresa o acesso a terra e suas

¹¹ Citado por CAVALLAZZI (2003:58) a partir de fonte documental do Arquivo Nacional.

¹² Idem CAVALLAZZI (2003:57) a partir dos *Autos de Ação Demarcatória* ajuizada pela Lumber.

¹³ Possivelmente incluía-se neste total os 16.000 ha da família Pacheco, citado por MACHADO (2004:151).

¹⁴ Segundo THOMÉ (1982:100), citado por Cavallazzi, (p. 58). *A Região Contestada*, dizia respeito ao espaço geográfico limítrofe entre os estados de Paraná e Santa Catarina disputado por ambos.

riquezas¹⁵.

Ora, tudo isso possibilitou à Lumber em território catarinense a exploração de uma riqueza incomensurável em madeira (pinheiro, imbuia, jacarandá, cedro e outras espécies) em grande escala, transformadas em um complexo industrial gigantesco (o maior da América do Sul à época), cuja maior serraria, localizada em Três Barras, possuía 400 empregados permanentes, dominando a origem imigrante européia, além da contratação de um grande número de caboclos, que, sob empreitada, promovia o corte e transporte das toras (MACHADO, 2004:151). Para dominar um quadro tão grande de trabalhadores, mantendo alta produção e produtividade, a empresa promovia uma ação de controle bastante pronunciada. Afirma o autor (p. 152) que “para manter toda esta estrutura, a Lumber possuía um corpo de segurança de mais de 300 guardas, o que representava na época um efetivo superior ao do Regimento de Segurança de Santa Catarina, que possuía, em 1910, 280 homens (...), espalhados por todo o estado”.

Referindo-se à Brazil Railway (igualmente parte do Grupo Farquwar), AURAS (1984:38), afirma que “há relatos de conflitos armados entre o corpo de segurança da empresa e os trabalhadores, pela falta de pagamento dos salários e pelos desmandos dos feitores”, o que demonstra o poder de coação das empresas do Grupo perante seus empregados.

Igualmente pronunciada era a pressão sobre a população cabocla da região, especialmente a população posseira, pois, segundo o relato de Sebastião Cortes (entrevistado por MACHADO, 2004:152-153), “chegavam na marra na casa das pessoas e botavam pra correr dizendo que o governo tinha dado aquela terra para eles. Quando não expulsava os moradores, a Lumber simplesmente retirava a madeira sem pedir autorização e sem pagar (...)”. Bonelli, citado por AURAS (1984:40) vai mais além, afirmando que essa força paramilitar agia “sem a maior complacência contra o caboclo, incendiando-lhes as casas e roças, e, as vezes,

¹⁵ Esse caso era na verdade regra e não exceção. A Lumber cooptava lideranças políticas dos dois estados como forma de “evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas” (MACHADO, 2004:149). Em Santa Catarina, o então advogado de Lages, Nereu Ramos (filho do ex-governador Vidal Ramos e que futuramente seria também governador e Presidente interino da República) “era representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina”. Por sua vez, Henrique Rupp, prefeito de Campos Novos, “foi inspetor de terras da Brazil Railway (...)” (idem, p. 149).

até massacrando suas famílias”. Assim, boa parte da população cabocla ao lutar contra a empresa, como quanto contra as tradicionais forças regionais do latifúndio, coronelismo e igreja, ingressam nos quadros rebeldes da Guerra do Contestado¹⁶.

Não obstante, ao se observar a figura nº 5, evidenciando a construção que era o escritório da Lumber em Três Barras, no estado de Santa Catarina, se tem a noção da grandeza da mesma.



Figura 5 - Escritório da Lumber em Três Barras, hoje setor administrativo do Centro de Instrução Marechal Hermes, do exército brasileiro.

Após a retirada da madeira na área a margem da ferrovia e nas demais terras sob seu domínio, a Lumber continuava a aproveitar-se da terra para fins de colonização, porém, reservando para si as árvores possíveis de serem transformadas em madeira¹⁷.

Além do exposto até então, chama-se a atenção para muitos aspectos que identificavam a relação da empresa com seus empregados, quanto com parte da população regional:

a) No espaço de suas áreas de produção industrial (Três Barras e Calmon) a Lumber alojava, em casas de bom padrão e estrutura, os empregados ligados à

¹⁶ A Guerra do Contestado ocorre entre 1912 e 1916, tendo como causa todo o processo de transformação, que já vinha ocorrendo desde fins do século XIX na região, e que sufocava cada vez mais a tradicional população cabocla do Planalto e Oeste catarinense e paranaense. A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, que define o próprio nome Contestado, foi no entender de AURAS (p. 27) “apenas circunstancial, não atingindo o peso de causas nucleares”.

¹⁷ Conforme depoimento de Bento José de Lima, citado por CAVALLAZZI (op. cit, p. 59).

administração ou com comando no processo produtivo. Os peões ficavam em casas simples, sem estrutura¹⁸. Quanto à grande quantidade de trabalhadores não permanentes (aqueles contratados por empreitada) era arrigementada entre a população cabocla da região, ganhando por tarefa, possivelmente muitas vezes, por um contrato verbal feito com encarregados da fábrica.

b) O complexo da Lumber era também composto por estrutura médico-sanitária, de lazer (campo de futebol, cinema, etc), que ajudava no “bom relacionamento” da empresa para com a população da região¹⁹.

c) A Lumber, assim como La Forestal, também monopolizava o comércio de bens e serviços, principalmente através de seu armazém, cujo sistema de pagamento por vales em valor correspondente a cruzeiro, a moeda nacional da época (figura 6), forçava o empregado a consumir os produtos oferecidos pela empresa, no preço por ela estipulado.



Figura 6 – Vales distribuídos como pagamento aos trabalhadores da Lumber e que servia ao uso nos armazéns da empresa.

d) O corpo de segurança da empresa era elevado, conforme já visto, e diferenciado segundo a função ou necessidade. Os elementos principais do

¹⁸ O que é percebido no filme produzido pela própria Lumber, transcrito e sonorizado por Adelmo Fuck Filmagens, e entrevista com a professora e pesquisadora Maria da Saleté Sacweh e pesquisador Norberto Schroeder.

¹⁹ O campo de futebol possuía um sistema de drenagem bastante sofisticado, funcionando até hoje. O cinema é considerado o 3º mais antigo do Brasil. Saliente-se que a estrutura de esportes era seletiva, isto é, os peões e empregados por empreitada não tinham acesso facilitado. Porém o cinema, era aberto à comunidade.

comando da empresa (gerentes, etc) tinham segurança pessoal todo o tempo e fortemente armada, sendo que alguns vinham inclusive dos Estados Unidos, como um chinês de porte avantajado, que em várias fotos da época aparece junto a um dos principais administradores da empresa.

e) O domínio da empresa na região era marcante, a ponto de “todos os anos, a 4 de julho, via-se flutuar bandeiras estreladas dos Estados Unidos” (Auras, 1984, p. 42) o que certamente não ficava nisso, mas num rol de comemorações da independência estadunidense.

f) Na área específica à Ferrovia São Paulo – Rio Grande a Brazil Railway a construía e a Lumber extraía a riqueza em madeira dos “15 quilômetros de cada lado”. Em todo o período da construção da ferrovia esteve presente entre 4 a 8 mil trabalhadores (VINHAS DE QUEIROZ, 1977:71) vindos da população pobre das áreas urbanas do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife (AURAS, 1984:38). Ao termino da obra, continua a autora, toda essa gente ficou sem ter o que fazer e sem condições de retornar a suas áreas de origem, “contribuindo enormemente para o rompimento do frágil equilíbrio social vigente que, aliás, já vinha sofrendo bastante com a privatização da propriedade da terra e com a crise na comercialização do mate” (p. 39).

Pelo exposto até então fica evidenciado a influencia e domínio que o Grupo Farquhar, através de suas empresas Brazil Railway e principalmente a Lumber na produção madeireira, teve no Planalto Catarinense, e também no vale do Rio do Peixe, tanto em relação ao seu processo produtivo, o que levou, em muitas áreas, ao quase desaparecimento das florestas nativas, quanto nas relações sociais e de produção que imprimia.

Cabe salientar que as relações que caracterizam aspectos de servidão na região do Planalto já estava presente antes mesmo do aparecimento de grandes capitais (como a Lumber) e que continuará após seu desaparecimento, inerente à grande economia latifundiária do gado, plenamente visível na figura do agregado da fazenda. Mas a empresa, embora capitalista, tanto absorve como implementa elementos que, como no caso de La Forestal na província argentina de Santa Fé,

caracteriza relações pré-capitalistas, sob forte coação, impedindo a possibilidade de geração de uma economia mercantil entre a população cabocla, e nem mesmo a liberdade da livre venda da força de trabalho.

Considerações Finais

Vendo-se hoje o noroeste santafesino ou, o planalto norte catarinense, percebe-se uma nítida diferença em relação, por exemplo, com a região central da província de Santa Fé (departamentos de Las Colonias, Castellanos, San Justo) ou o vale do Itajaí e região de Joinville no estado de Santa Catarina, onde predomina a pequena propriedade e uma dinâmica econômica marcante.

A formação sócio-espacial daquelas áreas não só evidenciou uma sociedade dominada pela grande propriedade, quanto pela concentração da riqueza, cujos reflexos são percebidos ainda na atualidade.

No caso da província de Santa Fé, a herança do enclave colonial proporcionado pela presença de La Forestal, se faz sentir até os dias de hoje: miséria e pobreza são os traços comuns ao noroeste santafesino. Com certeza, muito diferente teria sido a história deste espaço repleto de riquezas naturais de alto valor se, ao invés de tê-las entregue ao capital inglês, a classe política santafesina houvesse tomado a decisão de parcelar as terras e entregá-las a nativos ou imigrantes para ser efetivamente povoadas e colonizadas.

Ao visitarmos a região em janeiro de 2010, percebemos legados das antigas relações servis, na maneira como antigos trabalhadores urbanos falam sobre “A Empresa”, lembrando os “velhos tempos” em que aquela organizava as suas vidas e lhes dava trabalho. Narram as suas histórias com tons de saudade dos tempos que havia festa e baile nos clubes e agitada vida social, porque hoje são povoados fantasmas. Rendem à empresa uma espécie de culto romântico, não percebendo que ela foi uma das principais responsáveis pela miséria que hoje os aflige. Porém este culto pode ser entendido visto que os habitantes que trabalhavam para a empresa não conheceram alternativa diferente de vida, pois dela dependiam inteiramente para sobreviver, visto que o estado estava ausente e

o monopólio do território impedia empreendimentos particulares.

Situação parecida é percebida no planalto catarinense, principalmente no planalto norte, onde a ação da Lumber este mais presente. Esta proporcionou um legado de domínio e exploração até mais profundo do que o percebido no latifúndio feudal do gado e seus “senhores”. Cidades empobrecidas, constante migração e invisibilidade social do caboclo nativo é o que se percebe no dia a dia da região, mesmo que novas forças econômicas, com novos setores, nela atuem. A superexploração da sociedade e natureza pela empresa e uma distancia temporal maior de seu fim se comparado com La Forestal, pode explicar o não saudosismo da população nativa ainda existente. Mesmo porque, grande parte foi dizimada na Guerra do Contestado, além de, no processo histórico, sua expropriação e expulsão, tanto por parte da empresa quanto por outras forças econômicas e políticas regional.

Os atuais descendentes constitui-se numa minoria basicamente “invisível” perante o poder econômico e político e praticamente esquecidos na historiografia em geral. Esta mesma classe econômica, política, e poder público, evidenciam a população descendente de europeus (alemães, eslavos e italianos) provenientes do Rio Grande do Sul, Paraná e nordeste catarinense, como sendo “empreendedores e responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do estado”.

Bibliografia

BRANDT, Marlon e CAMPOS, Nazareno José. Memórias e costumes da população cabocla do planalto de Santa Catarina, in **XII Encuentro Internacional Humboldt**. La Rioja, Argentina, 2010.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. da UFSC, São Paulo: ed. Cortez, 1984.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado: tempo do camponês, espaço da propriedade privada**. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2003.

FERRER, Aldo. **La Economía Argentina. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires, Ed: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GORI, Gastón. **La Forestal. La tragedia del quebracho colorado**. Mauro Yardín Ediciones. Santa Fé, 2006.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na História do Contestado**. Curitibanos, Imprensa Frei Rogério, 1983.

LÊNIN, V. I. **O Programa Agrário da Social Democracia na primeira revolução russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1954.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

PELUSO JR. Victor Antonio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura/Editora da UFSC, 1991.

QUARÍN, Damian. RAMIREZ, Carlos. **La Gallareta, una mirada histórica en el año de su centenario**. Ed.: Comuna de la Gallareta. La Gallareta, 2005.

TAKAHACHI, K. Uma contribuição para o debate. In: Sweezy, P. et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2004.

VELÁZQUEZ, G. **Geografía y bienestar. La situación local, regional y global de la Argentina luego del censo de 2001**. Buenos Aires, Ed. Eudeba, 2008.